

GS Inima Brasil Ltda.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2013 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Quotistas e Administradores da
GS Inima Brasil Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Brasil Ltda. (“Sociedade”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

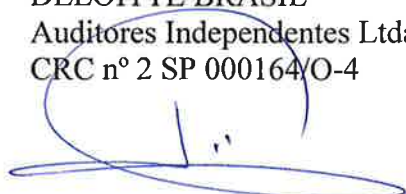
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GS Inima Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 17 de janeiro de 2014

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 000164/O-4



Edgar Jabbour
Contador
CRC n° 1 SP 156465/O-9

GS INIMA BRASIL LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12			31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.919	20.341	29.823	38.166	Empréstimos e financiamentos	11	-	4	4.322	12.114
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	5.583	45.201	Fornecedores		222	257	3.044	5.352
Contas a receber	6	-	-	12.945	10.473	Fornecedores - partes relacionadas		-	-	2.799	-
Partes relacionadas	10	5.669	5.374	4.754	2.241	Obrigações sociais		1.074	897	2.709	3.266
Dividendos a receber	10	5.004	4.287	-	-	Obrigações fiscais		118	818	2.136	2.598
Impostos a recuperar		307	10	1.723	912	Partes relacionadas	10	656	613	5.743	3.738
Ativo financeiro	7	-	-	30.520	29.415	Outras obrigações		55	31	322	394
Outros créditos		40	28	269	1.464	Total do passivo circulante		2.126	2.620	21.076	27.462
Total do ativo circulante		30.939	30.040	85.617	127.872	NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE						Empréstimos e financiamentos					
Impostos a recuperar		3.394	2.305	3.394	2.305	Debêntures privadas	12	-	-	109.742	100.097
Ativo financeiro	7	-	-	253.901	162.224	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	10.629	13.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	33	142	-	-	Impostos diferidos		-	-	15.693	2.512
Outros créditos		814	829	844	1.052	Outras obrigações		755	622	2.224	2.282
Total do realizável a longo prazo		4.241	3.276	258.138	165.581	Total do passivo não circulante		755	622	176.446	124.346
Investimentos em controladas e coligadas						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	9	205	221	1.177	1.144	Capital social	13	48.968	48.968	48.968	48.968
Intangível		43	52	169	221	Reservas de lucros		93.705	85.959	93.705	85.959
Total do ativo não circulante		114.616	108.129	259.484	166.946	Patrimônio líquido atribuível aos proprietários		142.673	134.927	142.673	134.927
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.905	8.083
						Total do patrimônio líquido		142.673	134.927	147.578	143.010
TOTAL DO ATIVO		145.555	138.169	345.101	294.818	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		145.555	138.169	345.101	294.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$), exceto o lucro líquido do exercício por cota básico e diluído)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	14	14.059	17.691	141.207	115.862
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	(4.699)	(9.375)	(91.686)	(73.968)
LUCRO BRUTO		9.360	8.316	49.521	41.894
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	15	(5.200)	(5.075)	(12.153)	(10.813)
Equivalência patrimonial	8	19.265	18.205	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	15	-	-	33	-
		14.065	13.130	(12.120)	(10.813)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		23.425	21.446	37.402	31.081
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	16	2.387	1.335	4.763	7.319
Despesas financeiras	16	(61)	(112)	(11.349)	(7.708)
		2.326	1.223	(6.586)	(389)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		25.751	22.669	30.816	30.692
(DESPESA) CRÉDITO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	17	(1.896)	(1.054)	(12.643)	(10.695)
Diferidos	17	(109)	142	2.394	942
		(2.005)	(912)	(10.249)	(9.753)
Lucro atribuível aos proprietários da controladora		23.746	21.757	20.567	20.939
Lucro atribuível aos não controladores		-	-	3.179	818
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.746	21.757	23.746	21.757
LUCRO POR COTA COMPONENTE DO CAPITAL SOCIAL NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$		0,48	0,44		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	23.746	21.757	23.746	21.757
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>23.746</u>	<u>21.757</u>	<u>23.746</u>	<u>21.757</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros retidos</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	48.968	64.202	-	113.170
Lucro líquido do exercício	-	-	21.757	21.757
Retenção de lucros	-	21.757	(21.757)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	<u>48.968</u>	<u>85.959</u>	<u>-</u>	<u>134.927</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	23.746	23.746
Distribuição de Dividendos	-	(16.000)	-	(16.000)
Retenção de lucros	-	23.746	(23.746)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	<u>48.968</u>	<u>93.705</u>	<u>-</u>	<u>142.673</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido		23.746	21.757	23.746	21.757
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social		2.005	912	10.249	9.753
Depreciação e amortização	9	96	86	295	272
Juros sobre empréstimos	11	-	-	11.057	10.313
Rendimento das aplicações financeiras vinculadas		-	-	(1.650)	(4.907)
Variação cambial sobre empréstimos e "swap"		-	-	94	(169)
Remuneração do ativo financeiro	7	-	-	(27.880)	(28.613)
Resultado de equivalência patrimonial		(19.265)	(18.205)	-	-
Amortização de custos para emissão debêntures	12	-	-	152	-
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(3.179)	(818)
(Aumento) Diminuição nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	(2.472)	2.568
Outros Investimentos	8	-	-	41.268	-
Partes relacionadas	10	-	(4.028)	164	(3.425)
Ativo financeiro	7	-	-	(64.415)	(24.031)
Impostos a recuperar		(1.386)	(575)	(1.900)	(1.477)
Outros créditos		3	(772)	1.403	(1.792)
Aumento (Diminuição) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(35)	(301)	(2.151)	(1.800)
Partes relacionadas	10	(252)	360	1.970	7.098
Obrigações sociais		177	355	(557)	1.725
Obrigações fiscais		(270)	203	(338)	453
Outras obrigações		157	54	(131)	1.873
Impostos diferidos		-	-	13.182	2.350
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.324)	(519)	(12.764)	(9.589)
Juros pagos		(1)	(1)	(1.475)	(3.228)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		2.652	(674)	(15.331)	(21.687)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Dividendos recebidos de controlada		13.000	15.000	-	-
Integralização de capital em controladas		-	(6.135)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	9	(61)	(84)	(753)	(271)
Aquisição de ativo intangível		(10)	(10)	(10)	(126)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		12.929	8.771	(763)	(397)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos:					
Captações	11	-	-	35.774	52.601
Pagamentos de principal	11	(3)	(19)	(12.023)	(13.058)
Pagamentos de dividendos		(16.000)	-	(16.000)	-
Subscrição de capital de não controladores		-	-	-	5.986
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		(16.003)	(19)	7.751	45.529
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(422)	8.078	(8.343)	23.445
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		20.341	12.263	38.166	14.721
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		19.919	20.341	29.823	38.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GS Inima Brasil Ltda. (“Sociedade”) foi constituída em 29 de maio de 2008 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem, construção de obras, incluindo estações de tratamento de água potável, de água doce ou salgada, estações de tratamento de esgoto doméstico ou industrial, sistemas de secagem e/ou disposição de lodo, redes coletoras, redes de distribuição e obras complementares a serviços de meio ambiente e saneamento em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura, incluindo serviços de saneamento e potabilização, mediante qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de saneamento.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

Em 28 de setembro de 2012, a Sociedade alterou sua razão social de OHL Meio Ambiente Inima Brasil Ltda. para GS Inima Brasil Ltda. Abaixo um resumo das atividades de cada controlada.

AMBIENT

A Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. (“Sociedade” ou “Concessionária”) foi constituída em 20 de setembro de 1995, tendo como objeto a exploração, por meio de concessão, do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consoante o disposto no Edital nº 005/95 da Prefeitura de Ribeirão Preto e do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP.

O contrato de concessão estabelece o prazo de concessão em 20 anos, com possibilidade de prorrogação. Durante o exercício de 2000, a Sociedade finalizou parte das obras relativas à construção da primeira estação de tratamento de esgoto, em fase de testes no final daquele exercício. As operações de tratamento de esgoto previstas no edital iniciaram-se em julho de 2001, sendo utilizados aproximadamente 14% da capacidade total. Durante 2001, 2002 e 2003, foram efetuados elevados investimentos para a construção da segunda estação de tratamento, concluída e colocada em operação em março de 2003.

Durante o exercício de 2007, a Sociedade assinou com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto o “Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedidos de Obra Pública” (firmado em 28 de setembro de 1995, decorrente da concorrência pública nº 005/94), em que prorroga o prazo de vigência da concessão do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, de 28 de abril de 2018 para 28 de setembro de 2023.

ARAUCÁRIA

A Araucária Saneamento S.A. (Sociedade), foi constituída em 21 de maio de 2010, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 (Contrato), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 11.948/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação de Coletores Tronco, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalques, Interceptores, Interligações das Redes Existentes aos Coletores Troncos, Ligações Domiciliares de Esgotos, Gradeamento Preliminar, Estação de Tratamento de Esgotos (Reator Biológico seguida de Membrana Filtrante) e Emissário Final do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Araucária Saneamento S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do termo de contrato, e foi estimada em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$266.880, composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$1.112, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (VML), na data de referência dos preços de 1º de março de 2010.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML.

SANEVAP

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. (“Sociedade”), foi constituída em 4 de julho de 2012, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09 (“Contrato”), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP”), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 40.576/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de São José dos Campos - Sub Bacia Pararangaba (parcial), composto pela Estação de Tratamento de Esgoto, Coletor Tronco Pararangaba (parcial), Coletor Tronco Botujuru (parcial), Coletor Tronco Galo Branco, Coletor Tronco Cajuru, Estação Elevatória de Esgotos São Vicente e respectiva Linha de Recalque, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Termo de Contrato e foi estimado em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$186.960 composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$779, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (“VML”), na data de referência dos preços de 1º de março de 2012.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação, com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação, e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML. O valor estimado para conclusão da obra é de R\$80.374, conforme contrato entre a Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. e o consórcio construtor responsável pela sua execução.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade, com o objetivo de aprimoramento de suas demonstrações financeiras, revisitou a apresentação da atualização do ativo financeiro da Ambient na demonstração do resultado e, concluiu por modificá-la, de forma retrospectiva, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

A remuneração do ativo financeiro passou a ser contabilizado como receita líquida, ao invés de receita financeira. Essa modificação ocorreu devido ao entendimento da Administração de que a remuneração do ativo financeiro está relacionada com a atividade principal da empresa e, por isso, no entendimento da administração, a classificação como receita líquida seria mais apropriada. A demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2012, apresentada para fins de comparação, foi reapresentada para incluir o ajuste entre receita líquida e receita financeira. Os ajustes não produziram efeitos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</u>	31.12.2012 - CONSOLIDADO		
	<u>Originalmente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
RECEITA LÍQUIDA	88.562	27.300	115.862
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(70.857)	(3.111)	(73.968)
LUCRO BRUTO	<u>17.705</u>	<u>24.189</u>	<u>41.894</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	(10.813)	-	(10.813)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>6.892</u>	<u>24.189</u>	<u>31.081</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	34.619	(27.300)	7.319
Despesas financeiras	(10.819)	3.311	(7.708)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>30.692</u>	<u>-</u>	<u>30.692</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.753)	-	(9.753)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>21.757</u>	<u>-</u>	<u>21.757</u>

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Critérios de consolidação

A Sociedade consolidou integralmente as demonstrações financeiras de suas controladas Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. (“Ambient”), Araucária Saneamento S.A. (“Araucária”) e Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. (“Sanevap”) nas quais detém participação sobre o capital social de 100%, 51% e 50,1%, respectivamente.

Considera-se existir controle quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Assim sendo, considerando existirem esses condicionantes em relação aos investimentos detidos pela Sociedade, foram consolidadas integralmente as demonstrações financeiras das suas controladas, com base nas demonstrações levantadas na mesma data-base da Controladora.

Os seguintes principais procedimentos de consolidação adotados foram:

- Eliminação do saldo de investimento e do resultado de equivalência patrimonial.

Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as companhias consolidadas.

A seguir, destaca-se um resumo das demonstrações financeiras das controladas Ambient, Araucária e Sanevap:

	31/12/2013		
	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>
Ativo:			
Ativo circulante	50.033	7.242	3.820
Ativo não circulante	<u>85.309</u>	<u>129.362</u>	<u>44.632</u>
Total do ativo	<u>135.342</u>	<u>136.604</u>	<u>48.452</u>
Passivo:			
Passivo circulante	13.077	8.345	3.945
Passivo não circulante	17.160	122.834	40.005
Patrimônio líquido	<u>105.105</u>	<u>5.425</u>	<u>4.502</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>135.542</u>	<u>136.604</u>	<u>48.452</u>

	31/12/2013		
	<u>Ambient</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>
Resultado do exercício:			
Receita líquida de vendas	52.759	58.184	29.473
Custo dos produtos e serviços vendidos	(11.196)	(58.184)	(29.473)
Despesas operacionais, líquidas	(6.355)	(276)	(289)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.079)	(7.969)	(1.266)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(11.576)</u>	<u>2.803</u>	<u>529</u>
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	<u>22.553</u>	<u>(5.442)</u>	<u>(1.026)</u>

2.6. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, na determinação da vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas com credores de liquidação duvidosa, elaboração de projeções para realização dos ativos financeiros e permanentes e determinação de receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - contratos de concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Determinação das receitas de construção

Quando contratam serviços de construção, a Sociedade e suas controladas devem reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato. Após o início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão ou construção.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Aplicações financeiras vinculadas

Consistem basicamente em investimentos de curto prazo em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cuja utilização, em função da vinculação ao contrato de debêntures, está condicionada à autorização prévia da Caixa Econômica Federal à medida da evolução executiva da obra prevista no contrato com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, sendo que o vencimento ocorrerá no término da construção.

Contas a receber

Na Controladora, referem-se substancialmente aos serviços de construção civil. São registradas com base nos valores nominais e, quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

No Consolidado, incluem os serviços de tratamento de esgoto e construção civil. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Ativo financeiro

Reconhecido conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.

A controlada Ambient reconheceu um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

As controladas Araucária e Sanevap reconheceram ativos financeiros representados pelo direito a faturar decorrente do contrato de construção de longo prazo com a SABESP. Na primeira etapa de execução dos contratos, que compreende o período de construção, estes ativos financeiros são representados pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O ativo financeiro é avaliado por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.2. Investimento

Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Sociedade.

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas com base na vida útil do ativo pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9 limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão (no caso da controlada Ambient).

3.4. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações calculadas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens. São registrados os custos de aquisições com software, cuja amortização é linear em um período de cinco anos. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e do ativo intangível têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

3.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos, financiamentos, debêntures privadas e fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos) acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal e base de contribuição negativa e de outras diferenças temporárias (ativas ou passivas) entre os livros fiscais e os saldos contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.9. Impostos diferidos

Representados pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre a receita de construção, reconhecidos no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações fiscais" conforme projeção de realização da receita a realizar, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito no item "3.10", e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

3.10. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto e a receita de concessão pela remuneração do ativo financeiro.

As receitas e os custos de construção são reconhecidos pelo valor justo de acordo com o percentual de execução das obras contratadas.

3.11. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

3.12. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB publicados e revisados no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2013 foram implantados pela Sociedade, quando aplicáveis, em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e não apresentam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2).

IFRIC 21 - Levies (Taxas) (1).

Alterações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento (1).

Alterações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1).

Alterações à IAS 36 - Divulgação de Valor Recuperável para Ativos Não-Financeiros (1).

Alterações à IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuação de Hedge Accounting (1).

Alterações às IFRSs - Ciclo de Melhorias anuais 2010-2012 (1).

1. Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

2. Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estavam representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	309	356
Aplicações financeiras	<u>19.610</u>	<u>19.985</u>
Total	<u>19.919</u>	<u>20.341</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	1.819	1.297
Aplicações financeiras	<u>28.004</u>	<u>36.869</u>
Total	<u>29.823</u>	<u>38.166</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. As aplicações são remuneradas entre 100% e 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Os recursos das aplicações financeiras vinculadas referem-se a CDB com vencimento inferior a 90 dias oriundos da captação de debêntures privadas pela controlada Araucária.

A movimentação do saldo está condicionada à liberação/autorização prévia da Caixa Econômica Federal à medida da evolução executiva da obra prevista no contrato com a SABESP, sendo que o vencimento ocorrerá no término da construção.

6. CONTAS A RECEBER

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estavam representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Arrecadação a receber (a)	12.625	10.325
Outros	<u>320</u>	<u>148</u>
Total	<u>12.945</u>	<u>10.473</u>

- a) Representa valores a receber do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP referentes às medições do mês corrente das estações de tratamento da controlada Ambient.

Os saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão distribuídos conforme a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	124	148
Acima de 31 dias	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de vencidas	124	148
A vencer:		
Até 30 dias	1.746	499
De 31 a 60 dias	1.320	2.075
De 61 a 90 dias	1.620	2.760
A vencer em 131 dias	<u>8.135</u>	<u>4.991</u>
Total a vencer	12.821	10.325
Total de contas a receber de clientes	<u>12.945</u>	<u>10.473</u>

O prazo médio das contas a receber é de 130 dias. Em função de não existir histórico de valores relevantes de inadimplência nas contas a receber, a Sociedade não constituiu provisão para perdas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existem saldos de contas a receber dados em garantia.

7. ATIVO FINANCEIRO

Os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estavam representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Custo de investimento (b)	324.340	223.210
Recebimentos	(270.336)	(234.108)
Atualização pela taxa de retorno (a)	<u>230.417</u>	<u>202.537</u>
Total	<u>284.421</u>	<u>191.639</u>
Ativo circulante	30.520	29.415
Ativo não circulante	<u>253.901</u>	<u>162.224</u>
Total	<u>284.421</u>	<u>191.639</u>

- (a) Na controlada Ambient, refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 22,61% ao ano (21,73% ao ano em 2012), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras previstas no contrato até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo IGP-DI. Conforme previsto em contrato, a remuneração também é composta por outros custos fixos tais como custo com pessoal e demanda fixa contratada de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$36.424.

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$44.428, distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelos investimentos nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

- (b) Nas controladas Araucária e Sanevap, o ativo financeiro é representado integralmente pelo custo de investimento oriundo de contrato de construção de estação de tratamento de esgoto em andamento e não resulta em margem de lucro. Ao considerar o cronograma de obras e período necessário para regularização das operações da estação de tratamento de esgoto, em 31 de dezembro de 2013, os saldos estão integralmente registrados no ativo não circulante.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

<u>Exercício a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>
2014	30.520
2015	30.346
2016	28.695
Após 2016	<u>194.860</u>
	<u>284.421</u>

8. INVESTIMENTOS

As informações, saldos e movimentações dos investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estão assim representados:

	<u>Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.</u>	<u>Araucária Saneamento S.A.</u>	<u>Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.</u>	<u>Total</u>
Informações sobre as investidas:				
Quantidade de ações integralizadas:				
Ordinárias	335.443	6.426	2.819	
Preferenciais	670.882	-	-	
Percentual de participação	100,0%	51,0%	50,1%	
Capital social	48.491	12.600	5.626	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	22.553	(5.442)	(1.026)	
Patrimônio líquido	105.105	5.425	4.502	
Movimentação dos investimentos:				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	90.311	2.753	271	93.335
Aquisição de participação acionária	-	3.598	2.537	6.135
Dividendos a receber	(4.287)	-	-	(4.287)
Dividendos recebidos	(8.808)	-	-	(8.808)
Equivalência patrimonial	<u>19.052</u>	<u>(809)</u>	<u>(38)</u>	<u>18.205</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>96.268</u>	<u>5.542</u>	<u>2.770</u>	<u>104.580</u>
Dividendos a receber	(5.004)	-	-	(5.004)
Dividendos recebidos	(8.712)	-	-	(8.712)
Equivalência patrimonial	<u>22.553</u>	<u>(2.776)</u>	<u>(514)</u>	<u>19.263</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>105.105</u>	<u>2.766</u>	<u>2.256</u>	<u>110.127</u>

Em 21 de maio de 2010, a Sociedade adquiriu participação na controlada Araucária mediante integralização de capital social no montante de R\$379 que representa 51% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade havia integralizado totalmente o capital (R\$3.598 integralizados em 2012), mantendo sua participação acionária. Em 8 de fevereiro de 2012, a controlada Araucária aumentou seu capital social de R\$7.427 para R\$12.600, mantendo a participação da Sociedade em 51% do capital social. A Araucária tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 celebrado com a SABESP, para construção de estação de tratamento de esgoto no município de Campos do Jordão.

Em 4 de julho de 2011, a Sociedade adquiriu participação na controlada Sanevap mediante integralização de capital social no montante de R\$282 que representa 50,1% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade havia integralizado totalmente o capital (R\$2.537 integralizados em 2012), mantendo sua participação acionária. A Sanevap tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09/09 a ser celebrado com a SABESP, para construção de estação de tratamento de esgoto no município de São José dos Campos.

[página intencionalmente deixada em branco]

9. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do imobilizado em 2013 e 2012 está representada por:

	Controladora						Total
	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias em imóveis terceiros	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>							
Saldo em 31/12/2012	56	101	40	59	2	108	366
Adições	-	-	12	53	1	-	66
Baixa	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2013	<u>56</u>	<u>101</u>	<u>52</u>	<u>106</u>	<u>3</u>	<u>108</u>	<u>426</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31/12/2012	(32)	(27)	(2)	(30)	(1)	(53)	(145)
Adições	(11)	(10)	(4)	(17)	-	(36)	(78)
Baixa	-	-	-	2	-	-	2
Saldo em 31/12/2013	<u>(43)</u>	<u>(37)</u>	<u>(6)</u>	<u>(45)</u>	<u>(1)</u>	<u>(89)</u>	<u>(221)</u>
Saldo em 31/12/2012	24	74	38	29	1	55	221
Saldo em 31/12/2013	13	64	46	61	2	19	205
Taxa média anual de depreciação	20%	10%	10%	20%	10%	10%	-

[página intencionalmente deixada em branco]

Consolidado

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Edificações</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Benfeitorias em imóveis terceiros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	645	35	439	264	315	391	140	108	2.337
Adições	87	-	35	4	74	73	2	-	275
Baixa	-	-	(38)	-	(8)	(26)	-	-	(72)
Saldo em 31/12/2013	<u>732</u>	<u>35</u>	<u>436</u>	<u>268</u>	<u>381</u>	<u>438</u>	<u>142</u>	<u>108</u>	<u>2.540</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31/12/2012	(298)	-	(308)	(93)	(137)	(229)	(75)	(53)	(1.193)
Adições	(32)	-	(48)	(25)	(28)	(56)	(11)	(36)	(236)
Baixa	-	-	38	-	6	22	-	-	66
Depreciação acumulada em 31/12/2013	<u>(330)</u>	<u>-</u>	<u>(318)</u>	<u>(118)</u>	<u>(159)</u>	<u>(263)</u>	<u>(86)</u>	<u>(89)</u>	<u>(1.363)</u>
Saldo em 31/12/2012	347	35	131	171	178	162	65	55	1.144
Saldo em 31/12/2013	402	35	118	150	222	175	56	19	1.177
Taxa média anual de depreciação	4%		20%	10%	10%	20%	10%	10%	

[página intencionalmente deixada em branco]

10. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a Controladora e outras partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras.

As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2013			
<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Dividendos a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>
GS Inima Environment S.A.	-	-	(80)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	188	5.004	-	1.292
Araucária Saneamento S.A.	81	-	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	1.144	-	-	-
SESAMM Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	4	-	-	80
Consórcio OHL e Freitas Guimarães	732	-	-	-
Consórcio OHL Cesbe e Elevação	3.315	-	(78)	5.433
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	205	-	(498)	8.338
Total	5.669	5.004	(656)	15.143

	Controladora			
	31/12/2012			
<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Dividendos a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>
GS Inima Environment S.A.	-	-	(67)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	183	4.287	(6)	195
Araucária Saneamento S.A.	1.462	-	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	2.150	-	-	-
SESAMM Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	746	-	-	3.919
Consórcio OHL e Freitas Guimarães	739	-	-	1.304
Consórcio OHL Cesbe e Elevação	60	-	(130)	11.034
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	34	-	(410)	2.501
Total	5.374	4.287	(613)	18.953

	Consolidado					
	31/12/2013			31/12/2012		
<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>
GS Inima Environment S.A.	-	(80)	-	-	(67)	-
Outras partes relacionadas:						
Consórcio OHL e Freitas Guimarães	732	-	-	739	-	1.304
SESAMM Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	4	-	80	746	-	3.919
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	525	(498)	8.338	400	(2.845)	2.501
Consórcio OHL Cesbe e Elevação	3.493	(4.895)	5.433	356	(826)	11.034
Total	4.754	5.473	13.851	2.241	(3.738)	18.758

A Sociedade e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de vale-alimentação, assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida e participação nos resultados, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$900 (R\$1.329 em 31 de dezembro de 2012) a título de remuneração dos administradores da investida Ambient. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade e sua investida Ambient concedem participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados nas demonstrações financeiras “individuais” e “consolidadas” em 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica de “Obrigações sociais” são de R\$487 e R\$420 (R\$386 e R\$373 em 31 de dezembro de 2012). As metas são como seguem:

a) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano.

Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões e avaliação gerencial.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, todos relativos a empréstimos em moeda nacional, estavam representados por:

<u>Instituições credoras</u>	Controladora		Circulante	
	<u>Juros e encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	Banco Itaú S.A.	CDI	Março de 2013	=
			=	<u>4</u>
<u>Instituições credoras</u>	Consolidado		Circulante	
	<u>Juros e encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	Banco Itaú S.A.	CDI	Março de 2013	4
Banco Itaú BBA S.A.	(a) CDI + 2,5% a.a.	Novembro de 2013	-	4.846
Banco Itaú BBA S.A.	(b) IGP-M + 9,6% a.a.	Novembro de 2013	-	2.962
Banco Votorantim S.A.	(c) CDI +4,1% a.a.	Março de 2015	818	822
BNDES/Finame	(d) 5,5% a.a.	Abril de 2016	334	334
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(e) TJLP + 4,8% a.a.	Fevereiro de 2015	2013	2.024
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(f) TJLP + 4,55% a.a.	Janeiro de 2016	854	857
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(g) Dólar +3,55% a.a.	Janeiro de 2016	303	265
			<u>4.322</u>	<u>12.114</u>

				<u>Não circulante</u>	
				<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Banco Votorantim S.A.	(c)	CDI +4,1% a.a.	Março de 2015	202	1.011
BNDES/Finame	(d)	5,5% a.a.	Abril de 2016	443	775
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(e)	TJLP + 4,8% a.a.	Fevereiro de 2015	333	2.334
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(f)	TJLP + 4,55% a.a.	Janeiro de 2016	918	1.765
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(f)	Dólar +3,55% a.a.	Janeiro de 2016	327	548
Caixa Econômica federal	(g)	TR + 8,7% a.a.	Fevereiro de 2035	<u>35.935</u>	-
				<u>38.158</u>	<u>6.433</u>

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

- a) Refere-se a financiamento para construção obtido com o Banco Itaú BBA S.A. Os juros e o principal foram pagos mensalmente até novembro de 2013 quando foi totalmente quitado.
- b) Refere-se a financiamento para construção obtido com o Banco Itaú BBA S.A. Os juros e o principal foram pagos anualmente até novembro de 2013 quando foi totalmente quitado.
- c) Refere-se a financiamento para instalação do sistema de cogeração de energia elétrica, obtido com o Banco Votorantim S.A. Os juros e principais são pagos mensalmente com início em abril de 2011 até a data de vencimento em março de 2015.
- d) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em equipamentos utilizados na ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto “Caiçara”. Os juros e o principal são pagos mensalmente com início em maio de 2012 até a data de vencimento em abril de 2016.
- e) Refere-se a financiamento para construção obtido do BNDES, captado em julho de 2008. Os juros e o principal são pagos mensalmente até fevereiro de 2015.
- f) Refere-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto “Caiçara” obtido do BNDES, captado em janeiro de 2011. Os juros e o principal são pagos mensalmente até janeiro de 2016.
- g) Refere-se a financiamento para a construção da Estação de tratamento de esgoto de São José dos Campos, obtido com a Caixa Econômica Federal. Os juros e o principal terão início em fevereiro de 2015 e serão pagos mensalmente até fevereiro de 2035.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por nota promissória, “comfort letter” e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.

A controlada Ambient e seus acionistas também assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro vinculados à obtenção do financiamento com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Sociedade cumpriu todos os compromissos estabelecidos em contrato.

O financiamento contratado junto a Caixa Econômica Federal pela Sanevap, em 6 de maio de 2013, no montante de R\$74.933, tem como objetivo permitir à controlada a realização dos investimentos compromissados, referentes ao Contrato de Locação de Ativos firmado junto a Sabesp. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 29 de julho de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, existiam recursos pendentes de liberação pelo banco no montante de R\$35.774. Esse contrato tem um prazo de carência de até 27 meses contados a partir da assinatura do contrato. A amortização de principal e juros será efetuada durante 240 meses, em prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 12 do mês subsequente ao término do prazo de carência. Neste contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas “covenants”, relativas ao nível de endividamento da controlada e cumprimento de obrigações acessórias, A controlada assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante no contrato (“covenants”):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter até a conclusão dos empreendimentos, a relação entre o saldo devedor do financiamento e o Capital Social da controlada na proporção mínima de 93/7.
- Manter, concomitantemente, durante a vigência do financiamento, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual de 1,1 (um vírgula um) na fase de amortização, além de manter em conta de aplicação financeira vinculada (Conta Reserva) o saldo equivalente a 3 (três) prestações mensais, sendo que a controlada deverá observar o regramento abaixo quanto à reposição do ICSD:

a) O ICSD será calculado anualmente da seguinte forma:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Disponível para pagamento da dívida no período (A)}}{\text{Serviço da Dívida no período (B)}}$$

Onde:

(A) = Fluxo de Caixa Operacional

(+) Caixa Acumulado

(B) = Amortização do Principal

(+) Pagamento de Juros (taxa de administração + taxa de risco de crédito + taxa de juros)

- b) Cumulativamente o VML anual dividido pelo Serviço da Dívida Anual deve ser maior ou igual a 1,3 durante o período de amortização.
- c) Na fase de amortização, proceder à manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD conforme se segue:
 - c.1) Atendido: sem restrição à distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio;
 - c.2) Não atendido: proibida a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução do capital, observando ainda:
 - ✓ Em no máximo 90 dias, sob pena de vencimento antecipado, a controlada deverá recompor o ICSD até que ocorra a primeira das hipóteses a seguir:
 - a) A dívida com a CEF seja quitada; b) A controlada recomponha o índice igual ou maior a 1,2;

- ✓ Caso a recomposição acima mencionada seja realizada por meio de mútuo entre as Acionistas e a controlada, o mesmo deverá ter vencimento posterior ao final de vigência do contrato de financiamento. Sua amortização, total ou parcial, poderá ser realizada, desde que a controlada quando da nova apuração tenha atingido os índices (ICSD e VML/SERVIÇO DA DÍVIDA) inicialmente pactuados.

c.3) A primeira apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD ocorrerá após um período mínimo de faturamento da controlada de 12 (doze) meses, que compreenderá os meses de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.

- Não contrair endividamento sem a prévia e expressa anuência da CEF.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, desde que seja atendido o ICSD mínimo.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2013, têm os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2015	3.742
2016	1.965
2017	1.925
Após 2017	<u>30.526</u>
Total	<u>38.158</u>

12. DEBÊNTURES PRIVADAS

Os saldos relativos a debêntures estavam representados por:

<u>Instituição credora</u>	<u>Juros e encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
			<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Banco Caixa Econômica Federal	Varição TR + 9% a.a.*	01/03/2030	112.196	102.703
Despesas			<u>(2.454)</u>	<u>(2.606)</u>
Debêntures, líquidas			<u>109.742</u>	<u>100.097</u>

Em 15 de fevereiro de 2012, a controlada Araucária firmou Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie com garantia real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como agente fiduciário e representante dos debenturistas no montante de R\$95.500. Foram emitidas 9.550 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário das debêntures de R\$10, na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado anteriormente. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 7 de março de 2012. O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará jus a juros equivalentes à variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano ("spread"). O pagamento de juros será realizado mensalmente a partir do mês de janeiro de 2015.

A amortização das debêntures será realizada mensalmente, no primeiro dia de cada mês-calendário, a partir do primeiro dia do 34º mês-calendário contado a partir da data de emissão e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216º mês-calendário contado a partir da data de emissão. Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures totalizam R\$2.643, estão contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e serão apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2012, os custos de transação incorridos totalizavam R\$345 e estavam classificados como despesas antecipadas no grupo do ativo não circulante, uma vez que não houve a liberação dos valores captados com as debêntures. Os custos de transação são oriundos de gastos relativos à remuneração e pagamentos de serviços profissionais de terceiros, tais como: advogados, consultores, profissionais de bancos e corretores de investimentos, etc.

As debêntures são garantidas por:

- (i) Alienação fiduciária - cada acionista alienará fiduciariamente, em favor dos debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da investida Araucária de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital.
- (ii) Os acionistas da Araucária empenharam, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Sociedade e a todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro.
- (iii) A Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente, em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação datada pela Lei nº 10.931/04, do Código Civil, todos os direitos creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela SABESP e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela SABESP, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na cláusula 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na conta de “Recebíveis”, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária.
- (iv) A Araucária, a partir de 1º de dezembro de 2014, está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na conta corrente de sua titularidade, nº 0495-4, agência 3097, com a Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e às amortizações de principal das debêntures, devidos nos três meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada anteriormente foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.
- (v) Os valores recebidos pela Araucária em razão da integralização das debêntures pelos debenturistas deverão ser depositados na Conta Vinculada, de sua titularidade, nº 0493-8, agência 3097, mantida na Caixa Econômica Federal. O saldo mantido na conta mencionada foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.
- (vi) A Araucária obriga-se a aportar recursos, em moeda corrente nacional, em montante suficiente para que haja conclusão do projeto e sua aprovação pela SABESP e cumprir com as suas obrigações devidas até a conclusão do projeto.

- (vii) O Consórcio Construtor contratou seguro-garantia da seguradora AUSTRAL, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas, em valor equivalente a 10% do montante do projeto, calculado na data de celebração da escritura.

13. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social é representado por 48.968.302 quotas, subscritas e integralizadas, com valor nominal de R\$1,00, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2013 e 31/12/2012</u>	
	<u>Quotas subscritas</u>	<u>Participação %</u>
GS Inima Environment S.A.	48.968.301	99,9999
Tecnicas y Gestion MédioAmbiental S.A.U.	<u>1</u>	<u>0,0001</u>
Total	<u>48.968.302</u>	<u>100,00</u>

A distribuição de dividendos é definida em reunião dos quotistas. Em 25 de novembro de 2013, os sócios quotistas aprovaram a distribuição de dividendos, no montante de R\$16.000 referente ao saldo de lucros retidos em 31 de dezembro de 2012. Os dividendos distribuídos foram integralmente pagos durante o exercício.

14. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
			<u>(Reapresentado)</u>	
Receita bruta - serviços de construção	15.143	18.953	102.210	69.810
Receita bruta - tratamento de esgoto	-	-	27.322	22.774
Remuneração do ativo financeiro	-	-	27.879	27.300
ISS	(481)	(559)	(481)	(559)
PIS	(107)	(125)	(2.803)	(617)
COFINS	<u>(496)</u>	<u>(578)</u>	<u>(12.920)</u>	<u>(2.846)</u>
Receita líquida	<u>14.059</u>	<u>17.691</u>	<u>141.207</u>	<u>115.862</u>

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

<u>Custos</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Custos de pessoal	1.315	942
Serviços	1.211	3.285
Obras civis	2.389	5.285
Materiais	18	158
Outros custos com operação (recuperação de custos)	<u>(234)</u>	<u>(295)</u>
Total	<u>4.699</u>	<u>9.375</u>

<u>Custos</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Custos de pessoal	3.281	2.727
Custos de manutenção e conservação	1.515	3.485
Retirada de resíduos	2.643	2.550
Juros passivos	1.402	3.111
Energia elétrica	1.866	1.645
Taxa de gerenciamento	594	603
Produtos químicos	496	494
Serviços	2.183	4.183
Obras civis	76.778	54.285
Materiais	17	158
Outros custos com operação	<u>911</u>	<u>727</u>
Total	<u>91.686</u>	<u>73.968</u>

<u>Despesas</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Com pessoal	2.950	2.529
Serviços de terceiros	1.847	2.358
Depreciação/amortização	97	86
Publicidade e propaganda	156	223
Outras despesas (receitas), líquidas	<u>150</u>	<u>(121)</u>
Total	<u>5.200</u>	<u>5.075</u>
Gerais e administrativas	<u>5.200</u>	<u>5.075</u>
Total	<u>5.200</u>	<u>5.075</u>

<u>Despesas</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Com pessoal	4.869	4.290
Serviços de terceiros	4.858	4.142
Depreciação/amortização	295	272
Publicidade e propaganda	728	1.155
Outros	<u>1.370</u>	<u>954</u>
Total	<u>12.120</u>	<u>10.813</u>
Gerais e administrativas	12.153	10.813
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>(33)</u>	<u>-</u>
Total	<u>12.120</u>	<u>10.813</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
			<u>(Reapresentado)</u>	
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.169	1.212	4.244	6.652
Ganhos com operações de “swap” (vide nota explicativa nº19.2)	-	-	-	402
Variação monetária	218	123	430	255
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>89</u>	<u>10</u>
Total de receitas	<u>2.387</u>	<u>1.335</u>	<u>4.763</u>	<u>7.319</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	45	109	10.777	7.311
Perda com operação de “swap” (vide nota explicativa nº 19.2)	-	-	-	18
Outras	<u>16</u>	<u>3</u>	<u>572</u>	<u>379</u>
Total de despesas	<u>61</u>	<u>112</u>	<u>11.349</u>	<u>7.708</u>

17. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Em 2013, a Sociedade alcançou os requisitos para reconhecimento dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, estão representados por:

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Controladora</u> <u>2013</u>
Impostos diferidos ativos:	
Provisão para Riscos Trabalhistas:	<u>98</u>
Base de cálculo	<u>98</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Total	<u>33</u>

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Bases do ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	12.573	3.638
Provisão para riscos cíveis	495	397
Bases do passivo:		
Recolhimento diferido (a)	(8.222)	(6.261)
Ajustes referentes à diferença entre práticas fiscais e societárias (b)	<u>(36.106)</u>	<u>(36.073)</u>
Base de cálculo	(31.260)	(38.299)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo	<u>10.629</u>	<u>(13.022)</u>

- a) O montante de R\$8.222, em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.261 em 31 de dezembro 2012), refere-se a impostos diferidos sobre faturamento de serviços efetivamente prestados a órgãos públicos, porém ainda não recebidos. Conforme previsto pela legislação fiscal, esse tributo está sendo recolhido pelo regime de caixa e o diferimento é efetuado para atender ao regime de competência.

- b) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre a diferença entre critério fiscal e societário considerados na apuração da receita e da amortização de ativos, decorrente da adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, calculados com base nas alíquotas nominais, é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.571	22.669
Alíquota combinada vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(8.694)	(7.707)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	6.550	6.189
Dedução de prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	293	470
Constituição de impostos diferidos	109	142
Outros	<u>(263)</u>	<u>(6)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(2.005)</u>	<u>(912)</u>
Correntes	(1.896)	(1.054)
Diferidos	<u>(109)</u>	<u>142</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(2.005)</u>	<u>(912)</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.816	30.692
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(10.477)	(10.435)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Constituição de impostos diferidos	109	142
Outros	<u>119</u>	<u>540</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(10.249)</u>	<u>(9.753)</u>
Correntes	(12.643)	(10.695)
Diferidos	<u>2.394</u>	<u>942</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(10.249)</u>	<u>(9.753)</u>

18. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

- a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

- b) Informações suplementares

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referente a:		
Dividendos propostos e não recebidos	5.004	4.287

<u>Consolidado</u>	
<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>

Caixa desembolsado durante os exercícios referente a:		
Fornecedores do ativo financeiro	-	4.590

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Até novembro de 2013, a controlada Ambient possuía um contrato de derivativo para reduzir o risco específico da flutuação na taxa de juros, o qual não é utilizado para fins especulativos. A operação consiste em um “swap” de fluxo de caixa”, acompanhado mensalmente pela Administração e não ultrapassou os valores contratados de empréstimos.

19.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

19.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pela controlada Ambient é efetuada com base em metodologia padrão no mercado e informações obtidas com a instituição contratada.

Em 31 de dezembro de 2013, a sociedade não apresentava saldo relativo a instrumentos financeiros, pois o financiamento foi quitado em novembro de 2013 (R\$14 em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo, na rubrica “Empréstimos e financiamentos”). O ganho líquido no exercício foi de R\$136 e está registrado na rubrica “Resultado financeiro”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

A investida Araucária está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TR, que apresenta baixa volatilidade e impacto nos juros sobre os empréstimos. Em função da não relevância da informação, a Administração não efetuou análise de sensibilidade.

19.4. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, ativo financeiro e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

19.5. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2013, representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância dos itens segurados, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros, sendo as respectivas coberturas consideradas suficientes para fazer face aos riscos identificados.

Nas sociedades Araucária e Sanevap, por força contratual, mantêm-se regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e o cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas de seguros são resumidas conforme a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Na Controladora:		
Todos os riscos	Responsabilidade Civil para Administradores	20.000
Seguro-garantia	Garantia licitante	2.400
Na controlada Ambient:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	3.000
	Riscos operacionais	17.400
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	12.468
Na controlada Araucária:		
Todos os riscos	Riscos patrimoniais e perdas de receitas	
	Responsabilidade civil - geral	3.000
	Riscos de engenharia	106.113
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	5.306
Na controlada Sanevap:		
Todos os riscos	Riscos patrimoniais e perdas de receitas	
	Responsabilidade civil - geral	4.000
	Riscos de engenharia	80.374
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	4.019

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de janeiro de 2014.